

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	9
DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	10
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	11
Demonstração de Valor Adicionado	12
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	14
Notas Explicativas	19

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	70
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	73
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	74

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2023
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	146.857.116
Preferenciais	0
Total	146.857.116
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1	Ativo Total	1.207.323	1.181.100	1.165.290
1.01	Ativo Circulante	215.734	221.371	214.562
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	201	176	19.808
1.01.02	Aplicações Financeiras	53.067	51.636	52.531
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	53.067	51.636	52.531
1.01.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo	53.067	51.636	52.531
1.01.03	Contas a Receber	18.690	16.399	13.634
1.01.03.01	Clientes	15.859	14.159	12.071
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	2.831	2.240	1.563
1.01.03.02.01	Serviços pedidos	977	316	0
1.01.03.02.06	Outras contas a receber	1.854	1.924	1.563
1.01.06	Tributos a Recuperar	9.947	14.422	8.185
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	9.947	14.422	8.185
1.01.06.01.01	Imposto e Contribuições a Recuperar	1.738	1.755	1.754
1.01.06.01.02	Imposto e Contribuições sobre o Lucro a Recuperar	8.209	12.667	6.431
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	133.829	138.738	120.404
1.01.08.03	Outros	133.829	138.738	120.404
1.01.08.03.01	Ativos de contrato	133.813	135.996	117.701
1.01.08.03.02	Adiantamentos a fornecedores	16	2.742	2.703
1.02	Ativo Não Circulante	991.589	959.729	950.728
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	991.042	959.159	950.138
1.02.01.04	Contas a Receber	0	0	30
1.02.01.04.02	Outros Créditos a Receber	0	0	30
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	991.042	959.159	950.108
1.02.01.10.06	Impostos e Contribuições sobre o Lucro a Recuperar	10	5.118	5.118
1.02.01.10.07	Ativos de contrato	991.032	954.041	944.990
1.02.04	Intangível	547	570	590

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2	Passivo Total	1.207.323	1.181.100	1.165.290
2.01	Passivo Circulante	49.655	54.015	107.856
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	200	0	0
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	200	0	0
2.01.01.02.01	Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	200	0	0
2.01.02	Fornecedores	6.578	10.145	12.512
2.01.03	Obrigações Fiscais	11.074	14.708	6.358
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	11.074	14.708	6.358
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições a Recolher	1.211	1.035	1.080
2.01.03.01.03	Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	4.557	8.975	5.278
2.01.03.01.04	PIS e COFINS diferidos	5.306	4.698	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	21.528	21.319	87.564
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	18.296	18.998	86.102
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	18.296	18.998	86.102
2.01.04.02	Debêntures	3.232	2.321	1.462
2.01.05	Outras Obrigações	10.275	7.843	1.422
2.01.05.02	Outros	10.275	7.843	1.422
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	6.208	5.763	4
2.01.05.02.06	Encargos setoriais	1.337	828	437
2.01.05.02.10	Outras contas a pagar	2.730	1.252	981
2.02	Passivo Não Circulante	668.010	657.952	650.474
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	395.432	406.138	414.817
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	230.536	247.001	263.466
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	230.536	247.001	263.466
2.02.01.02	Debêntures	164.896	159.137	151.351
2.02.02	Outras Obrigações	117.882	109.486	105.128
2.02.02.02	Outros	117.882	109.486	105.128
2.02.02.02.05	Outras Contas a Pagar	259	258	259

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2.02.02.02.07	PIS e COFINS diferidos	117.623	109.228	104.869
2.02.03	Tributos Diferidos	154.696	142.328	130.529
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	154.696	142.328	130.529
2.03	Patrimônio Líquido	489.658	469.133	406.960
2.03.01	Capital Social Realizado	146.857	146.857	146.857
2.03.04	Reservas de Lucros	342.801	322.276	260.103
2.03.04.01	Reserva Legal	19.652	16.161	13.242
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	212.093	217.638	222.846
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	32.271	14.270	0
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	34.650	24.364	4.706
2.03.04.10	Reserva para investimento e expansão	44.135	49.843	19.309

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	151.881	175.201	214.790
3.01.01	Receita de implementação de infraestrutura, operação, manutenção e outras, líquidas	19.245	21.728	70.104
3.01.02	Receita de remuneração de ativo de contrato, líquida	132.636	153.473	144.686
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-18.020	-49.102	-125.546
3.03	Resultado Bruto	133.861	126.099	89.244
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.579	-128	-3.348
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.078	-1.422	-3.348
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-1.501	1.294	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	130.282	125.971	85.896
3.06	Resultado Financeiro	-25.528	-37.657	-54.813
3.06.01	Receitas Financeiras	8.424	7.484	1.504
3.06.02	Despesas Financeiras	-33.952	-45.141	-56.317
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	104.754	88.314	31.083
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-16.926	-15.672	-10.552
3.08.01	Corrente	-4.558	-3.873	-5.911
3.08.02	Diferido	-12.368	-11.799	-4.641
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	87.828	72.642	20.531
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	87.828	72.642	20.531
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,5981	0,4946	0,1398
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,5981	0,4946	0,1398

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	87.828	72.642	20.531
4.03	Resultado Abrangente do Período	87.828	72.642	20.531

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	76.924	52.950	15.427
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-37.449	-22.009	-12.969
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	87.828	72.642	20.531
6.01.01.03	Margem da receita de construção	0	31.418	53.427
6.01.01.04	Remuneração dos ativos de contrato	-151.906	-176.156	-159.434
6.01.01.06	Amortização do ativo intangível	23	20	24
6.01.01.09	Rendimentos de aplicações financeiras	-8.832	-7.845	-1.573
6.01.01.10	Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.368	11.799	4.641
6.01.01.11	Imposto de renda e contribuição social corrente	4.558	3.873	5.911
6.01.01.12	PIS e COFINS diferidos	9.003	9.057	10.095
6.01.01.13	Receita de operação e manutenção	-22.455	-10.595	-2.649
6.01.01.14	Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	31.964	43.778	56.058
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	112.894	74.689	28.065
6.01.02.01	Ativos de contrato	0	-1.185	-46.127
6.01.02.03	Imposto e contribuições a recuperar	17	-1	-15
6.01.02.04	Imposto e contribuições sobre o lucro a recuperar	5.630	-1.776	-6.241
6.01.02.06	Contas a receber de clientes	137.853	127.084	104.967
6.01.02.07	Adiantamento a fornecedores	2.726	-39	18.477
6.01.02.08	Outros ativos circulantes	-591	-647	-595
6.01.02.10	Fornecedores	-3.567	-2.367	-9.550
6.01.02.11	Impostos e contribuições a recolher	176	-45	200
6.01.02.12	Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	-13	-176	-653
6.01.02.13	Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	200	0	0
6.01.02.16	Encargos setoriais	509	391	384
6.01.02.19	Juros pagos de empréstimos e financiamentos e debêntures	-25.019	-42.090	-32.782
6.01.02.20	Imposto de renda e contribuição social pagos	-5.027	-4.460	0
6.01.03	Outros	1.479	270	331
6.01.03.01	Outras contas a pagar	1.479	270	331

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	7.401	8.740	56.726
6.02.02	Resgate sobre aplicação financeira	7.401	8.740	56.726
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-84.300	-81.322	-52.359
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos	0	0	50.679
6.03.04	Amortização de empréstimos e financiamentos	-16.612	-16.612	-8.306
6.03.06	Amortização de principal de mútuo com partes relacionadas	0	-60.000	-90.000
6.03.07	Amortização de principal de debêntures	-830	0	0
6.03.08	Dividendos pagos	-66.858	-4.710	-4.732
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	25	-19.632	19.794
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	176	19.808	14
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	201	176	19.808

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	146.857	0	322.276	0	0	469.133
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	146.857	0	322.276	0	0	469.133
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-16.459	-50.844	0	-67.303
5.04.08	Dividendos intermediários distribuídos	0	0	-21.200	-15.531	0	-36.731
5.04.09	Constituição de dividendos adicionais propostos	0	0	34.650	-34.650	0	0
5.04.10	Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-663	0	-663
5.04.11	Realização da reserva de lucros a realizar	0	0	-5.545	0	0	-5.545
5.04.12	Dividendos adicionais distribuídos - 2022	0	0	-24.364	0	0	-24.364
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	87.828	0	87.828
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	87.828	0	87.828
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	36.984	-36.984	0	0
5.06.04	Constituição de reserva de incentivos fiscais	0	0	18.001	-18.001	0	0
5.06.05	Constituição de reserva legal	0	0	3.491	-3.491	0	0
5.06.06	Constituição de reserva para investimento e expansão	0	0	15.492	-15.492	0	0
5.07	Saldos Finais	146.857	0	342.801	0	0	489.658

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	146.857	0	260.103	0	0	406.960
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	146.857	0	260.103	0	0	406.960
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	14.450	-24.919	0	-10.469
5.04.09	Dividendo adicional proposto	0	0	24.364	-24.364	0	0
5.04.10	Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-555	0	-555
5.04.11	Realização da reserva de lucros a realizar	0	0	-5.208	0	0	-5.208
5.04.12	Dividendos adicionais de 2021 distribuídos	0	0	-4.706	0	0	-4.706
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	72.642	0	72.642
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	72.642	0	72.642
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	47.723	-47.723	0	0
5.06.04	Constituição de reserva de incentivo fiscal	0	0	14.270	-14.270	0	0
5.06.05	Constituição de reserva legal	0	0	2.919	-2.919	0	0
5.06.06	Constituição da reserva para investimento e expansão	0	0	30.534	-30.534	0	0
5.07	Saldos Finais	146.857	0	322.276	0	0	469.133

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	146.857	0	243.595	0	0	390.452
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	146.857	0	243.595	0	0	390.452
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-3.828	-195	0	-4.023
5.04.08	Dividendos adicionais de 2020 distribuídos	0	0	-4.019	0	0	-4.019
5.04.09	Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	0	0	191	-195	0	-4
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	20.531	0	20.531
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	20.531	0	20.531
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	20.336	-20.336	0	0
5.06.04	Constituição de reserva legal	0	0	1.027	-1.027	0	0
5.06.05	Reserva para investimento e expansão	0	0	19.309	-19.309	0	0
5.07	Saldos Finais	146.857	0	260.103	0	0	406.960

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.01	Receitas	174.361	202.005	244.704
7.01.02	Outras Receitas	174.361	202.005	244.704
7.01.02.01	Outras receitas operacionais	0	0	4.934
7.01.02.04	Receita de remuneração dos ativos de contrato	151.906	176.156	159.434
7.01.02.05	Receita de operação e manutenção	22.455	10.595	2.649
7.01.02.06	Receita de implementação e melhoria de infraestrutura	0	15.254	77.687
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-18.035	-51.417	-134.691
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	0	-1.185	-46.127
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-18.035	-4.745	-3.577
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	-45.487	-84.987
7.03	Valor Adicionado Bruto	156.326	150.588	110.013
7.04	Retenções	-23	-20	-24
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-23	-20	-24
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	156.303	150.568	109.989
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	8.835	7.849	1.577
7.06.02	Receitas Financeiras	8.835	7.849	1.577
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	165.138	158.417	111.566
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	165.138	158.417	111.566
7.08.01	Pessoal	3.232	1.884	1.888
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.078	1.884	1.888
7.08.01.02	Benefícios	88	0	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	66	0	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	40.056	38.634	32.678
7.08.02.01	Federais	40.056	38.600	32.678
7.08.02.02	Estaduais	0	34	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	34.022	45.257	56.469
7.08.03.01	Juros	31.964	43.777	56.057
7.08.03.02	Aluguéis	69	116	152

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.08.03.03	Outras	1.989	1.364	260
7.08.03.03.01	Outras	1.989	1.364	260
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	87.828	72.642	20.531
7.08.04.02	Dividendos	50.844	24.919	195
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	36.984	47.723	20.336

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Relatório da Administração**

A Administração da Equatorial Transmissora 7 SPE S.A. ("Companhia" ou "SPE 07"), em cumprimento às disposições legais e de acordo com a legislação societária vigente, apresenta a seguir o Relatório da Administração, suas Demonstrações Contábeis, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e suas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, e o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

1. Mensagem do Presidente

Em 2023 vivenciamos um ano de muitos desafios, com todos os nossos empreendimentos 100% operacionais, a entrega do Trafo de Xingu na SP08 e sabotagens nas linhas da SP07. Além disso, tivemos a Revisão Tarifária da RAP (Receita Anual Permitida) das SPE's de 01 a 08. Como resultado da revisão, tivemos um reajuste médio de 3,9% em relação ao ciclo anterior, totalizando uma RAP consolidada de R\$ 1,184 bilhões.

Refletindo o retorno dos investimentos feitos ao longo dos últimos anos, terminamos o ano com EBITDA Societário consolidado de R\$ 1,962 bilhões, aumento de 8% em relação a 2022. O Lucro Líquido de 2023 foi de R\$ 503 milhões, uma variação positiva de 44% em comparação ao ano anterior.

O investimento em 2023, atingiram a marca R\$ 102 milhões (alavancado pela entrega do Transformador de Xingu) em transmissão e R\$ 2,4 bilhões em renováveis (devido a implantação das Usinas Fotovoltaicas).

Os resultados de 2023 foram bastante animadores, mas os desafios continuam em 2024. Nosso principal foco estará na constante melhoria dos indicadores de qualidade e disponibilidade. Além disso, seguiremos sempre atentos às oportunidades de reforços e melhorias em nossa rede.

Por fim, gostaria de agradecer a todos os acionistas, colaboradores, fornecedores e parceiros pelo apoio, confiança e resultados alcançados.

2. Cenário

A Equatorial Transmissora 7 SPE S.A. – ("SPE 07 ou "Companhia") sociedade anônima de capital aberto, criada com o propósito de Sociedade de Propósito Específico (SPE), que tem como controlador final a Equatorial Energia S.A. "EQTL", que possui 100% do seu capital por meio de controles societários indiretos entre as empresas do grupo econômico, a EQTL é uma *holding*

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

com atuação em todos os segmentos do setor elétrico brasileiro (geração, transmissão, distribuição e comercialização). A Companhia foi constituída em 17 de novembro de 2016, tem por objetivo explorar e operar contrato de concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com o Edital do Leilão nº 13/2015-ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) 2ª Etapa-Republicação, consistente na: (a) Linha de Transmissão 500 kV Vila do Conde - Marituba - 56,1 quilômetros; (b) Linha de Transmissão 500 kV Marituba - Castanhal - 68,6 quilômetros; (c) Subestação 500/230 kV Marituba - (3+1R)x300 MVA; e (d) Subestação 230/69 kV Marituba 2x200 MVA.

O empreendimento tem grande importância para a sociedade, pois disponibilizará mais energia para a região, proporcionando significativa melhoria no nível de tensão e confiabilidade do sistema elétrico, e na qualidade de vida da população, além de gerar empregos durante a fase de implantação. O sistema de transmissão atravessa 10 municípios no Estado do Pará: Acará, Ananindeua, Barcarena, Belém, Benevides, Castanhal, Inhangapi, Marituba, São Francisco do Pará e Santa Isabel do Pará.

Para o novo ciclo 2023-2024, que teve seu início no mês de julho de 2023, a Receita Anual de Permitida (RAP) da Companhia é de R\$ 125,16 milhões, atualizada anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), por meio de resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL.

A Companhia encontra-se com 100% dos seus empreendimentos em operação comercial.

3. Andamento do Projeto

A SPE 07 está com todos os seus ativos em Operação desde 2020, recebendo a RAP (Receita Anual Permitida) integral prevista no contrato de concessão. As obras foram concluídas e energizadas em três etapas de entrega, sendo a primeira em 22 de setembro de 2020, compreendendo 34% da receita, referente ao Seccionamento da LT 230kV Guamá – Utinga e SE 230/138/69kV Marituba. A segunda etapa, foi entregue em 15 de dezembro de 2020 compreendendo 53% de receita, referente a Linha de Transmissão (LT) 500 kV Vila do Conde - Marituba C1 e SE 500/230 kV Marituba. A última etapa, foi a LT 230 kV Marituba – Castanhal C1 que foi energizada em 29 de dezembro de 2020, completando 100% da Receita prevista.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4. Investimentos

Os investimentos em 2023 totalizaram R\$ 8,39 milhões. Os desembolsos foram concentrados na finalização dos contratos de engenharia, processos de negociação fundiária com os proprietários das terras e obrigações e compensações ambientais obrigatórias.

5. Desempenho Econômico-Financeiro

Receita líquida

Em relação à Receita Líquida, o total registrado em 2023 foi de R\$ 151,88 milhões.

Custos e despesas operacionais

No ano de 2023, o total de custos e foi de R\$ 20 milhões.

EBITDA

Em 2023, o EBITDA Societário atingiu R\$ 130,31 milhões.

Resultado financeiro

Em 2023, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 25,53 milhões.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2023, as despesas de IRPJ e CSLL, incluindo o ativo fiscal diferido de R\$ 16,93 milhões.

Benefícios Fiscais

Em 03 de maio de 2022, A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) emitiu o Laudo Constitutivo nº 10/2022, que outorga à Equatorial Transmissora 7 SPE S.A o benefício de redução de 75% do imposto de renda sob a justificativa de implantação de empreendimento de infraestrutura, com prazo de fruição do incentivo de 2022 a 2031.

Lucro líquido

Em 2023, a Equatorial Transmissora 7 SPE S.A apurou Lucro Líquido (LL) de R\$ 87,83 milhões.

Endividamento

No fechamento de 2023, o endividamento total consolidado da Companhia, incluindo os encargos, atingiu R\$ 417,00 milhões. A SPE 07 possui 5,16% de suas dívidas com vencimento no curto prazo.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relacionamento com auditores externos

A Ernst & Young Auditores Independentes é contratada pela Companhia para serviços de auditoria externa das demonstrações financeiras e, para efeito da Resolução CVM nº 162/22, não foi contratada em 2023 para outros serviços.

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores da Companhia Joseph Zwecker Junior, Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima, Cristiano de Lima Logrado, Ailton Costa Ferreira, Waldênio Pereira de Oliveira (i) revisaram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; e (ii) revisaram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no Relatório emitido em 25 de março de 2024 pela Ernst & Young Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, com relação às Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

* * *

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Diretoria Executiva

Joseph Zwecker Junior
Diretor Presidente

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor

Ailton Costa Ferreira
Diretor

Waldênio Pereira de Oliveira
Diretor

Geovane Ximenes de Lira
Gerente de Contabilidade e Tributos
Contador
CRC PE 012996-O-3 S-MA

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Demonstrações Contábeis em
31 de dezembro de 2023

Notas Explicativas**Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.****Demonstrações contábeis****Índice**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	01
BALANÇO PATRIMONIAL	07
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	08
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	09
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO	11
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	12

Notas Explicativas

1	CONTEXTO OPERACIONAL	13
2	BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	13
3	POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS	15
4	ASSUNTOS REGULATÓRIOS	25
5	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	26
6	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	26
7	PARTES RELACIONADAS	27
8	ATIVOS DE CONTRATO	29
9	FORNECEDORES	29
10	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	30
11	DEBÊNTURES	31
12	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS	33
13	PIS E COFINS DIFERIDOS	34
14	PROVISÃO PARA RISCOS JUDICIAIS	35
15	DIVIDENDOS A PAGAR	36
16	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	37
17	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	39
18	CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	40
19	RESULTADO FINANCEIRO	40
20	INSTRUMENTOS FINANCEIROS	41
21	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	48
22	EVENTOS SUBSEQUENTES	48

Notas Explicativas



Centro Empresarial Iguatemi
Av. Washington Soares, 55
5º andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil
Tel: +55 85 3392-5600
Fax: +55 85 3392-5659
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Ao Conselho de Administração e Diretoria da
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.
Brasília – Distrito Federal

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Equatorial Transmissora 7 SPE S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Notas Explicativas



Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Mensuração de ativos contratuais de transmissão

Conforme divulgado na nota explicativa 3.2, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter, para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de ativos contratuais é de R\$ 1.124.845 mil.

O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas.

Ainda, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro, também requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração de ativos contratuais das concessões e da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) o entendimento do processo da Companhia relacionado aos cálculos do ativo de contrato de concessão; (ii) avaliação dos procedimentos internos relativos aos gastos realizados para execução do contrato; (iii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iv) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; (v) caso aplicável, verificação de indícios de suficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas dos empreendimentos; (vi) leitura dos contratos de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; (vii) a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na

Notas Explicativas



definição da taxa implícita de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de empresas; (viii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (ix) análise da eventual existência de contrato oneroso; (x) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (xi) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo da concessão da Companhia, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de determinação da receita de construção e do ativo de contrato adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 8, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Controles gerais de tecnologia de informação

A Companhia, devido ao elevado número de transações, utiliza-se de uma complexa estrutura de sistemas e controles de tecnologia da informação, sejam eles manuais, automatizados e dependentes dos sistemas integrados de gestão. A eficácia no desenho e na operação destes controles é de suma importância para que os registros contábeis e, por consequência, as demonstrações contábeis estejam livres de erros materiais. Essa estrutura encontra-se em diferentes níveis de maturação e os riscos relacionados aos processos de tecnologia da informação relevantes para as transações processadas nos diferentes sistemas podem resultar em informações críticas incorretas, inclusive as utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis. Devido à importância dos controles gerais de tecnologia da informação, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de TI ("ITGCs") implementados pela Companhia para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria; (ii) analisamos, em bases amostrais, o processo de autorização e concessão de novos usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários; (iii) avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia; (iv) avaliamos se as mudanças nos sistemas foram devidamente autorizadas e aprovadas pela Diretoria da Companhia; (v) analisamos o processo de gestão das operações, com foco nas políticas para realização de salvaguarda de informações e a tempestividade no tratamento de incidentes. Esses procedimentos, quando necessário, foram executados com o envolvimento dos nossos profissionais de tecnologia para nos auxiliar na execução desses procedimentos.

A combinação das deficiências dos controles internos encontradas no processo de gestão de acessos e mudanças representou uma deficiência significativa e, portanto, alteraram a nossa avaliação quanto à natureza, época e ampliou a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e adequadas no tocante às contas contábeis envolvidas.

Notas Explicativas



Os nossos procedimentos adicionais incluíram, dentre outros, a realização de testes para controles compensatórios, complementados quando de sua ausência ou ineficácia por avaliação substantiva da integridade dos relatórios produzidos pelos sistemas relacionados e utilizados em nossos procedimentos de auditoria.

Com base nos resultados dos procedimentos acima, consideramos aceitáveis as informações extraídas dos sistemas da Companhia para planejamento e execução dos nossos testes no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Notas Explicativas



Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Notas Explicativas



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 25 de março de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F

Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC PE020728/O

Notas Explicativas**Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.****Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022****(Em milhares de reais)**

Ativo	Notas	2023	2022	Passivo	Notas	2023	2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	201	176	Fornecedores	9	6.578	10.145
Aplicações financeiras	6	53.067	51.636	Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		200	-
Contas a receber de clientes		15.859	14.159	Empréstimos e financiamentos	10	18.296	18.998
Serviços pedidos		977	316	Debêntures	11	3.232	2.321
Adiantamento a fornecedores		16	2.742	Impostos e contribuições a recolher		1.211	1.035
Impostos e contribuições a recuperar		1.738	1.755	Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	12	4.557	8.975
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		8.209	12.667	PIS e COFINS diferidos	13	5.306	4.698
Outros créditos a receber		1.854	1.924	Dividendos a pagar	15	6.208	5.763
Ativos de contrato	8	133.813	135.996	Encargos setoriais		1.337	828
Total do ativo circulante		215.734	221.371	Outras contas a pagar		2.730	1.252
				Total do passivo circulante		49.655	54.015
Não circulante				Não circulante			
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		10	5.118	Empréstimos e financiamentos	10	230.536	247.001
Intangível		547	570	Debêntures	11	164.896	159.137
Ativos de contrato	8	991.032	954.041	PIS e COFINS diferidos	13	117.623	109.228
Total do ativo não circulante		991.589	959.729	Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	12	154.696	142.328
				Outras contas a pagar		259	258
				Total do passivo não circulante		668.010	657.952
				Patrimônio líquido			
				Capital social	16.1	146.857	146.857
				Reservas de lucros	16.2	342.801	322.276
				Total do patrimônio líquido		489.658	469.133
Total do ativo		1.207.323	1.181.100	Total do passivo e patrimônio líquido		1.207.323	1.181.100

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas**Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.****Demonstração do resultado****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022****(Em milhares de reais)**

	Notas	2023	2022
Receita de implementação de infraestrutura, operação, manutenção e outras, líquidas	17	19.245	21.728
Receita de remuneração de ativos de contrato, líquida	17	132.636	153.473
Receita operacional líquida		151.881	175.201
Custo dos serviços prestados	18	(18.020)	(49.102)
Lucro bruto		133.861	126.099
Despesas gerais e administrativas	18	(2.078)	(1.422)
Outras receitas (despesas) líquidas		(1.501)	1.294
Total de despesas operacionais		(3.579)	(128)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		130.282	125.971
Receitas financeiras	19	8.424	7.484
Despesas financeiras	19	(33.952)	(45.141)
Resultado financeiro		(25.528)	(37.657)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		104.754	88.314
Imposto de renda e contribuição social - correntes	12	(4.558)	(3.873)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	12	(12.368)	(11.799)
Impostos sobre o lucro		(16.926)	(15.672)
Lucro líquido do exercício		87.828	72.642
Lucro líquido do exercício básico e diluído, por lote de mil ações - R\$	16.3	0,5981	0,4946
Quantidade de ações no final do exercício - em mil		146.857	146.857

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	87.828	72.642
Total resultados abrangentes	87.828	72.642

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

Notas	Capital social	Reservas de lucros					Lucros acumulados	Total
		Legal	Reserva de lucros a realizar	Incentivos fiscais	Reserva para investimento e expansão	Dividendos adicionais propostos		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>146.857</u>	<u>13.242</u>	<u>222.846</u>	<u>-</u>	<u>19.309</u>	<u>4.706</u>	<u>-</u>	<u>406.960</u>
Dividendos adicionais distribuídos - 2021	-	-	-	-	-	(4.706)	-	(4.706)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	72.642	72.642
Destinação do lucro								
Constituição de reserva legal	-	2.919	-	-	-	-	(2.919)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	-	14.270	-	-	(14.270)	-
Realização da reserva de lucros a realizar	-	-	(5.208)	-	-	-	-	(5.208)
Constituição de reserva para investimento e expansão	-	-	-	-	30.534	-	(30.534)	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(555)	(555)
Constituição de dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	24.364	(24.364)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>146.857</u>	<u>16.161</u>	<u>217.638</u>	<u>14.270</u>	<u>49.843</u>	<u>24.364</u>	<u>-</u>	<u>469.133</u>
Dividendos adicionais distribuídos - 2022	-	-	-	-	-	(24.364)	-	(24.364)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	87.828	87.828
Destinação do lucro								
Constituição de reserva legal	16.2.b	-	3.491	-	-	-	(3.491)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	16.2.a	-	-	18.001	-	-	(18.001)	-
Realização da reserva de lucros a realizar	16.2.c	-	-	(5.545)	-	-	-	(5.545)
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	15	-	-	-	-	-	(663)	(663)
Dividendos intermediários pagos	15	-	-	-	(21.200)	-	(15.531)	(36.731)
Constituição de dividendos adicionais propostos	16.2.e	-	-	-	-	34.650	(34.650)	-
Constituição de reserva para investimento e expansão	16.2.d	-	-	-	15.492	-	(15.492)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>146.857</u>	<u>19.652</u>	<u>212.093</u>	<u>32.271</u>	<u>44.135</u>	<u>34.650</u>	<u>-</u>	<u>489.658</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas**Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.****Demonstração do valor adicionado****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022****(Em milhares de reais)**

	2023	2022
Receitas		
Receita de implementação e melhoria de infraestrutura	-	15.254
Receita de remuneração dos ativos de contrato	151.906	176.156
Receita de operação e manutenção	22.455	10.595
	174.361	202.005
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		
Custos de construção	-	(1.185)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(18.035)	(4.745)
Ativos de contrato - perda de realização	-	(45.487)
	(18.035)	(51.417)
Valor adicionado bruto	156.326	150.588
Amortização	(23)	(20)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	156.303	150.568
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	8.835	7.849
	8.835	7.849
Valor adicionado total a distribuir	165.138	158.417
Distribuição do valor adicionado		
Empregados		
Remuneração direta	3.078	1.884
Benefícios	88	-
FGTS	66	-
	3.232	1.884
Tributos		
Federais	40.056	38.600
Estaduais	-	34
	40.056	38.634
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	31.964	43.777
Aluguéis	69	116
Outras	1.989	1.364
	34.022	45.257
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos	50.844	24.919
Lucros retidos	36.984	47.723
	87.828	72.642
Valor adicionado	165.138	158.417

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas**Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.****Demonstração do fluxo de caixa - método indireto****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022****(Em milhares de reais)**

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	87.828	72.642
Ajuste para:		
Amortização do intangível	23	20
Margem da receita de construção	-	31.418
Remuneração dos ativos de contrato	(151.906)	(176.156)
Receita de operação e manutenção	(22.455)	(10.595)
PIS e COFINS diferidos	9.003	9.057
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	31.964	43.778
Rendimentos de aplicações financeiras	(8.832)	(7.845)
Imposto de renda e contribuição social corrente	4.558	3.873
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.368	11.799
	(37.449)	(22.009)
Variações em:		
Contas a receber de clientes	137.853	127.084
Impostos e contribuições a recuperar	17	(1)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	5.630	(1.776)
Ativos de contrato	-	(1.185)
Adiantamento a fornecedores	2.726	(39)
Outros ativos circulantes	(591)	(647)
Fornecedores	(3.567)	(2.367)
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	200	-
Impostos e contribuições a recolher	176	(45)
Impostos e contribuição sobre o lucro a recolher	(13)	(176)
Encargos setoriais	509	391
Outras contas a pagar	1.479	270
Caixa proveniente das atividades operacionais	106.970	99.500
Imposto de renda e contribuição social pagos	(5.027)	(4.460)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos e debêntures	(25.019)	(42.090)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	76.924	52.950
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Resgate sobre aplicação financeira	7.401	8.740
Fluxo de caixa proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento	7.401	8.740
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Amortização de empréstimos e financiamentos	(16.612)	(16.612)
Amortização de principal de debêntures	(830)	-
Amortização de principal de mútuo com partes relacionadas	-	(60.000)
Dividendos pagos	(66.858)	(4.710)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(84.300)	(81.322)
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	25	(19.632)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	176	19.808
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	201	176
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	25	(19.632)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Equatorial Transmissora 7 SPE S.A. ("Companhia"), sociedade de propósito específico, anônima de capital aberto, constituída em 17 de novembro de 2016, controlada pela Equatorial Transmissão S.A. empresa do grupo Equatorial Energia S.A, domiciliada no Brasil, na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no ST SCS - B, Quadra nº 09, Bloco A, Sala 1201, Parte 8, Centro Empresarial Parque Cidade, Asa Sul, CEP 70.308-200. A Companhia tem por objetivo explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com o Edital do Leilão nº 13/2015 - Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) 2ª Etapa - Republicação, consistente na:

- (a) Linha de Transmissão Vila do Conde - Marituba C1, em 500^(*) kV, circuito simples, primeiro circuito, com extensão aproximada de 56^(*) km, com origem na Subestação Vila do Conde e término na Subestação Marituba;
- (b) Linha de Transmissão Marituba - Castanhal C1, em 500^(*) kV, circuito simples, primeiro circuito, com extensão aproximada de 68^(*) km, com origem na Subestação Marituba e término na Subestação Castanhal; e
- (c) Subestação Marituba, em 500/230-13,8^(*) kV (3+1R) x 300 MVA, e em 230/69-13,8^(*) kV (2x200 MVA); com equipamentos de compensação reativa e respectivas conexões.

A Companhia tem prazo de duração de 30 (trinta) anos a partir da assinatura do contrato de Concessão, ou o tempo necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão.

(*) Informação não auditada.

1.1 Contrato de concessão

O Contrato de Concessão nº020/2017 assinados entre a ANEEL e a Companhia em 10 de fevereiro de 2017, estabelecem regras a respeito de tarifa, regularidade, continuidade, segurança, atualidade e qualidade dos serviços e do atendimento prestado aos consumidores. O contrato de concessão também estabelece como obrigações de desempenho a construção, manutenção e operação da infraestrutura de transmissão. O prazo de concessão são 30 (trinta) anos, com vencimento em 09 de fevereiro de 2047, podendo ser renovado por igual exercício, a critério exclusivo do Poder Concedente.

A Companhia está autorizada a operar por meio da Licença de Operação nº 12.960/2021, com validade até 01 de abril de 2025, tendo sua renovação requerida num prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias, antes do término da sua validade.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes, próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração em 25 de março de 2024.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos e (ii) por meio de resultado e outros resultados abrangentes, quando requerido nas normas.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis da Companhia são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

2.4.1 Julgamentos sobre premissas e estimativas

Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e julgamentos significativos utilizados pela Companhia na preparação destas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Tópicos	Notas explicativas	Descrição
Ativos de contrato	3.2 e 8	Julgamento sobre aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão; e Estimativa sobre taxa aplicada para precificar os ativos de contrato.
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	3.5.2 e 12.2	Estimativas das diferenças temporárias
Receita operacional líquida	3.1 e 17	Julgamento sobre determinação e classificação de receitas por obrigação de <i>performance</i> , entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção.
Instrumentos financeiros	3.8 e 20	Julgamento de definição do método de avaliação de valor justo dos instrumentos financeiros

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

2.4.2 Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro, quando houver.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- **Nível 3:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças, quando aplicável.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 20 - Instrumentos Financeiros.

3 Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis exceto pelas novas normas incluídas na nota explicativa nº 3.12.2 - Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes.

3.1 Reconhecimento da receita

A Companhia reconhece as receitas, de acordo com o que estabelece o CPC 47 (IFRS 15) – Receita de Contrato com Cliente, à medida que satisfaz a obrigação de *performance* ao transferir o serviço ao cliente. O ativo é considerado transferido à medida que o cliente obtém os serviços contratados.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

(a) Receita de implementação e melhoria de infraestrutura

As receitas de infraestrutura (que são os serviços de implementação e reforço das instalações de transmissão de energia elétrica), são reconhecidas ao longo do tempo aplicando-se a margem, definida no início do contrato, sobre os gastos incorridos.

(b) Receita de operação e manutenção (O&M)

A receita de O&M é a contraprestação pelas obrigações de *performance* de operação e manutenção previstas em contrato de concessão. Tais montantes são calculados com base nos custos incorridos, acrescidos da margem projetada definida nas projeções iniciais do projeto. O reconhecimento das receitas de O&M iniciam após o término da fase de construção.

(c) Remuneração dos ativos da concessão

Para o reconhecimento da receita de remuneração sobre os ativos de contrato, registra-se uma receita de remuneração financeira pelo método linear, sob a rubrica remuneração dos ativos de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. Essa atualização mensal deve remunerar a infraestrutura e a indenização que a Companhia espera receber do Poder Concedente no final da concessão. O valor indenizável é considerado pela Companhia como o valor residual contábil no término da concessão.

3.2 Ativos de contrato

O Serviço público de transmissão de energia elétrica é regulado por meio de contrato de concessão firmado entre a União (Poder Concedente – Outorgante) e a Companhia, a qual compete transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição.

O contrato de concessão determina que a Companhia realize a construção de uma infraestrutura de transmissão ou investimento em sua melhoria.

A Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários à medida que as obrigações de desempenho são cumpridas, em contrapartida, recebe a título de contraprestação Receita Anual Permitida (RAP), após o término da fase de construção da infraestrutura, até o final da vigência do contrato.

Os investimentos realizados na infraestrutura de transmissão são amortizados à medida que os recebimentos ocorrem. Eventuais investimentos não realizados geram direito de indenização pelo poder Concedente (quando previsto em contrato) que, no final da concessão, receberá toda a infraestrutura de transmissão.

A extinção da concessão implicará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço.

Duas obrigações de *performance* estão contempladas na relação contratual da Companhia com o Outorgante, a saber: (i) Implementação e melhoria de infraestrutura; e (ii) operação e manutenção (O&M).

À medida que as obrigações de *performance* são cumpridas, a receita é reconhecida contra um ativo de contrato, até a devida homologação pela ANEEL, e início da fase de operação. Após emissão do aviso de crédito (AVC), que é o documento de faturamento da RAP emitido pelo Operador Nacional do Sistema

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

Elétrico (ONS), momento em que a Companhia obtém o direito incondicional de caixa, os valores são classificados como ativo financeiro.

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável, existente em algumas modalidades de contrato, é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

A margem de lucro para implementação da infraestrutura é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. As margens de lucro são revisadas anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47 (IFRS 15) – Receita de contrato com o cliente e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção.

Com objetivo de segregar o componente de financiamento existente na operação de implementação de infraestrutura, a Companhia estima a taxa de desconto que seria refletida em transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato.

A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro estabelecido no início de cada contrato de concessão, em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos.

Estas taxas são estabelecidas na data do início de cada contrato de concessão ou projetos de melhoria e reforços, e se mantêm inalteradas ao longo da concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado do exercício.

Para a atividade de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto, considerando a estimativa da contraprestação com parcela variável.

A parcela variável por indisponibilidade (PVI) é estimada com base na série histórica de ocorrências. Em função da dificuldade de previsão antes da entrada em operação de cada projeto, a parcela variável por entrada em operação (PVA) e a parcela variável por restrição operativa (PVRO) são consideradas, quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando a Companhia avalia que a sua ocorrência é provável.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

Para a atividade de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido, que considera a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

3.4 Subvenções e assistências governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

3.4.1 Benefícios fiscais

- **SUDAM**

Em 03 de maio de 2022, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) emitiu o Laudo Constitutivo nº 10/2022, que outorga à Equatorial Transmissora 7 SPE S.A o direito a redução de 75% do Imposto de Renda de Pessoa jurídica (IRPJ) sob a justificativa de implantação de linhas de transmissão na área de atuação da Sudam, com o prazo de vigência de 2022 até o ano de 2031.

3.5 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Quando aplicável, há compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Conforme orientações do ICPC 22 – Tributos sobre o lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2023, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro apurados pela Companhia.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

3.5.1 Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício acrescidos de eventuais ajustes de exercícios anteriores. O montante dos tributos corrente a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo considerando a melhor estimativa quanto ao valor esperado a recolher ou a recuperar. A mensuração é realizada com base nas alíquotas vigentes na data do balanço.

A Companhia compensa os ativos e passivos fiscais correntes se:

- Tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e
- Pretender liquidar o passivo e realizar o ativo simultaneamente.

3.5.2 Imposto de renda e contribuição social diferido

Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre os saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas e sobre as provisões para participação nos lucros entre os valores contábeis constantes nas demonstrações contábeis e os montantes apurados conforme os critérios fiscais previstos na legislação tributária.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais serão realizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, as reversões dessas diferenças serão limitadas aos lucros tributáveis futuros projetados conforme os planos de negócios da Companhia.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas taxas vigentes na data do balanço.

3.6 PIS e COFINS diferidos

Sobre as receitas auferidas durante a fase de construção e sobre remuneração dos ativos de contrato há o diferimento da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e o Programa de Integração Social (PIS), considerando as alíquotas de 1,65% e 7,6% respectivamente. A realização dos referidos tributos diferidos ocorre a medida em que a Companhia recebe as contraprestações determinadas no contrato de concessão por meio da RAP após a entrada em operação.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

3.7 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41/IAS 33 - Resultado por Ação.

3.8 Instrumentos financeiros

3.8.1 Reconhecimento e mensuração inicial

Os contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

3.8.2 Classificação e mensuração subsequente

(a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao VJR. A Companhia não possui ativo financeiro ao VJORA.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

(b) Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(c) Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação a Companhia considera:

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na *performance* de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

(d) Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

(e) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

3.8.3 Desreconhecimento

(a) Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

(b) Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.8.4 Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.9 Capital social

3.9.1 Ações ordinárias

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido com a dedução do valor captado, líquida de impostos.

3.10 Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25/IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e ICPC 08 (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da lei nº. 6.404/76. Os dividendos a pagar foram destacados na conta de reserva de lucros a realizar no patrimônio líquido no encerramento do exercício. Além disso, a reserva de lucros a realizar, constituída de acordo com o art. 197 da Lei 6.404/76, vem sendo realizada como dividendos a pagar, de acordo com a realização prevista do lucro não realizado de anos anteriores.

Dividendo adicional ao mínimo obrigatório por lei, contido em proposta da administração efetuada antes da data do balanço patrimonial deve ser mantido no patrimônio líquido em conta específica chamada de "Dividendo adicional proposto". Caso a proposição seja realizada após a data do balanço e antes da data de emissão das demonstrações contábeis, tal fato deve ser mencionado no tópico de eventos subsequentes.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

3.11 Demonstração do valor adicionado (DVA)

A Companhia elaborou a DVA nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

3.12 Principais mudanças nas políticas contábeis

3.12.1 Novas normas, alterações e interpretações

O IASB e o CPC emitiram revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2023. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estejam vigentes. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Pronunciamento Técnico CPC nº 50				
Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	IFRS 17	07/05/2021	01/01/2023	Não aplicável à Companhia
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 20	Classification of Liabilities as Current or Non-current; Extension of the Temporary Exemption from applying IFRS 9; Definition of Accounting Estimates; Disclosure of Accounting Policies; e Deferred Tax related to Assets and Liabilities arising from a Single Transaction	01/03/2022	01/01/2023 (ajuste CPC 37, aplicação imediata)	Sem impactos relevantes
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 21				
Pronunciamentos Técnicos CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos; CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa; CPC 04 (R1) – Ativo intangível; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto; CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 28 – Propriedade para investimento; CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada; CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 39 – Instrumentos financeiros: apresentação; CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidênciação; CPC 47 – Receita de contrato com cliente; CPC 48 – Instrumentos financeiros; e CPC 50 – Contratos de seguro.	IFRS 9 e IFRS 17	03/11/2022	01/01/2023	Não houve impacto nas políticas contábeis da Companhia.
Alteração no IFRS 16				
O IASB emitiu alterações referentes aos contratos de arrendamentos em transações de <i>sale and leaseback</i>	IFRS 16	Emissão a nível de IASB	01/01/2023	Não aplicável à Companhia

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

3.12.2 Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
CPC 06 – Arrendamentos - Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento) Especifica os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.	IFRS 16	Emissão a nível de IASB	01/01/2024	A Companhia avaliou os efeitos desta decisão e não identificou nenhuma aplicação direta ou reflexa para o exercício.
Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante Especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que se entende por direito de adiar a liquidação. • Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras. • Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar. • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de <i>covenants</i> futuros dentro de doze meses.	IAS 1	Emissão a nível de IASB	01/01/2024	O Grupo está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.
Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações nos CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidênciação) Esclarece as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.	IFRS 7/IAS 7	26/12/2023	01/01/2024	O Grupo está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual.
Medida Provisória nº 1.185 - Reflexo tributário das Subvenções para Investimento O Governo Federal publicou a MP nº 1.185, que dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para a implantação ou a expansão de empreendimento econômico, e revoga o artigo 30 da Lei Federal nº 12.973/2014.	N/A	31/08/2023	N/A	A Companhia avaliou os efeitos desta decisão e não identificou nenhuma aplicação direta ou reflexa para o exercício.

4 Assuntos regulatórios

A Companhia receberá pela prestação do serviço público de transmissão a RAP que será atualizada anualmente, por meio de resolução homologatória (REH) emitida pela ANEEL, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), no mês de julho de cada ano. Para o ciclo 2023-2024, que teve seu início no mês de julho de 2023, a RAP da Companhia é de R\$ 125.159, conforme Resolução Homologatória nº 3.216/2023.

A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

(cinco) anos. A última Revisão Tarifária Periódica (RTP) na Companhia ocorreu por meio da REH 3.050/2022 (vigente a partir de 1º de julho de 2022), reajustou em 9,63% a RAP.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixa e depósitos bancários à vista	21	15
Equivalentes de caixa (a)		
Investimentos		
Certificados de Depósito Bancário - CDB	180	161
Total	201	176

- (a) Referem-se a fundos de investimentos e Certificados de Depósitos Bancários (CDB), de alta liquidez e possuem baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Adicionalmente, os fundos de investimentos são aplicações em cotas (FIC), administrados pela instituição financeira, que aloca seus recursos em cotas de diversos fundos abertos de baixo risco, insignificante variação de rentabilidade e alta liquidez, não tendo participação relevante e gestão no patrimônio líquido do fundo aplicado, ou seja, sem exceder 10% do patrimônio líquido. Logo, esses investimentos são classificados como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03(R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa.

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 equivale a 90,0% a.a. do CDI.

6 Aplicações financeiras

	2023	2022
Investimento		
Fundo de Investimento (a)		
Cotas de fundos de investimento	51.193	36.739
Cotas de fundos de investimento – FIDC (b)	212	-
Recursos Vinculados (c)	1.662	14.897
Total	53.067	51.636

- (a) Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco em instituições financeiras de primeira linha, cujos ativos dos fundos possuem vencimentos superiores a três meses e/ou são mantidos com a finalidade de investimentos como a construção de projetos de infraestrutura para prestação de serviços da concessão. São compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia. Adicionalmente, os fundos exclusivos, são investimentos em cotas (FIC), administrados pela instituição financeira, que alocam seus recursos em cotas de diversos fundos abertos com suscetibilidade de variação do valor. A Companhia não possui gestão e controle direto sobre exposição, direitos, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e capacidade de utilizar seu poder para afetar o valor dos retornos sobre esses investimentos, tampouco participação relevante (limite máximo de 10% do Patrimônio Líquido) conforme CPC 36 (R3) / IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas;
- (b) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) não exclusivo, sendo parte de seus recursos utilizados na operação de antecipação de títulos a pagar a fornecedores do Grupo Equatorial, conforme descrito na nota explicativa nº 9 – Fornecedores (risco sacado); e
- (c) Referem-se às aplicações restritas de garantias de empréstimos e financiamentos, aplicados em títulos públicos e fundos lastreados em títulos público.

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 equivale a 101,61% a.a. do CDI (101,99% a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2022).

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

7 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia possui movimentações com partes relacionadas, principalmente, referente aos contratos de compartilhamentos, dividendos, empréstimos, entre outros, com as empresas descritas abaixo:

		2023		2022	
Empresas	Nota	Ativo (Passivo)	Efeito no resultado receita (despesas)	Ativo (Passivo)	Efeito no resultado receita (despesas)
Contas a receber (RAP)					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	93	-	100	-
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(a)	3.355	-	2.933	-
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(a)	69	-	78	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(a)	60	-	66	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	(a)	193	-	176	-
Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA)	(a)	10	-	11	-
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(a)	176	-	173	-
Total		3.956	-	3.537	-
Outras contas a receber					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(b)	16	33	-	-
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b)	88	46	-	-
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	7	14	-	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(b)	11	23	-	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	(b)	9	19	-	-
Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA)	(b)	1	3	-	-
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(b)	-	1	-	-
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(b)	-	1	-	-
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(b)	-	1	-	-
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(b)	1	1	-	-
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(b)	-	1	-	-
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(b)	-	1	-	-
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(b)	-	1	-	-
Integração Transmissora de Energia S.A. (INTESA)	(b)	-	1	-	-
Total		133	146	-	-
Fornecedores					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Serviços S.A.	(d)	(4)	(14)	(2)	(12)
Instituto Equatorial	(e)	(400)	(400)	(316)	(316)
Total		(404)	(414)	(318)	(328)
Outras contas a pagar					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(116)	(388)	(102)	(330)
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(14)	(152)	(30)	(114)
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(13)	(72)	(28)	(51)
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(12)	(48)	(12)	(41)
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	(b)	(11)	(54)	(1)	(1)
Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA)	(b)	(4)	(12)	(2)	(2)
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(b)	(1.437)	(333)	-	-
Integração Transmissora de Energia S.A. (INTESA)	(b)	(1)	(2)	-	-
Controladora direta					
Equatorial Transmissão S.A.	(c)	(480)	(1.667)	(329)	(1.342)
Controladora indireta					
Equatorial Energia S.A.	(c)	-	67	(323)	(323)
Total		(2.088)	(2.661)	(827)	(2.204)
Mútuo					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(f)	-	-	-	(5.665)
Total		-	-	-	(5.665)
Dividendos a pagar					
Controladora direta					
Equatorial Transmissão S.A.	(g)	(6.208)	-	(5.763)	-
Total		(6.208)	-	(5.763)	-

- (a) Valores se referem a RAP faturadas e recebidas decorrente de operações do mesmo grupo econômico da companhia, por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST);

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

- (b) Refere-se ao contrato de compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura administrativa, cujo reembolso resulta do compartilhamento das despesas condominial, de informática e telecomunicações e, de despesas de recursos humanos, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo nº 12 do módulo V da Resolução Normativa da ANEEL nº 948/2021;
- (c) Em 16 de setembro de 2022, foi assinado Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval), entre a Equatorial Transmissora 7 SPE S.A. (Contratante) e as (Contratadas) Equatorial Energia S.A. e Equatorial Transmissão S.A., com o objetivo de remunerar as garantias prestadas sob forma de fiança/aval em contratos. A prestação da garantia, terá uma remuneração equivalente a 1% (um por cento) ao ano, pro rata, incidente sobre o saldo devedor do título ou contrato garantido;
- (d) Os valores com a Equatorial Serviços S.A. são oriundos de prestação serviços de recursos humanos, administrativos e rateio proporcional das respectivas despesas incorridas, com prazo de duração indeterminado;
- (e) Os valores com o Instituto Equatorial referem-se a projetos de P&D e PEE, de gestão corporativa;
- (f) Em 16 de setembro de 2020, a Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. na qualidade de “Mutuante”, celebrou Instrumento Particular de Mútuo Pecuniário com Equatorial Transmissora 7 SPE S.A. “Mutuaria”, conforme previamente anuído pela ANEEL, por meio do Despacho nº 2.532 de 31 de agosto de 2020, no montante de R\$ 160.500 (cento e sessenta milhões e quinhentos mil de reais) com prazo de vencimento em até 02 anos contados a partir da data de assinatura, podendo ser pago antecipadamente, e com juros remuneratórios de CDI + 1% pro rata die. Esse contrato se justifica para evitar escassez de recursos por atrasos nas liberações do financiamento de longo prazo contratado. Em 19 de setembro de 2022 a dívida foi quitada e não existe obrigação em aberto para a data base em 31 de dezembro de 2023;
- (g) A variação do período está demonstrada na nota explicativa nº 15 - Dividendos a pagar.

7.1 Remuneração de pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da Administração conta com quatro membros no Conselho da Administração e cinco membros na Diretoria Executiva, remunerados pela controladora Equatorial Transmissão S.A e compartilhado para as controladas. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 o valor correspondente à Companhia foi de R\$ 157 (R\$ 216 em 31 dezembro de 2022).

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

A Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração nas categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; c) benefícios de pós emprego; e d) remuneração baseada em ações.

7.2 Garantias

A Equatorial Energia S.A., controladora indireta (1) e a Equatorial Transmissão S.A. (2), controladora direta da Companhia (2), prestam garantias como avalista(s) ou fiadora (s) da Companhia com ônus (**) na emissão de debêntures e apólices de seguros abaixo listados:

Instituição	Valor do financiamento	% do aval	Início	Término	Valor liberado	2023*
2ª Emissão de Debentures Série Única (2)	130.000	100	23/05/2019	15/04/2039	130.000	168.128
Apólice de seguros (1)	14.784	100	08/10/2021	24/08/2027	N/A	N/A
	144.784				130.000	168.128

* Os valores atualizados das debêntures estão líquidos do custo de captação.

** Referente a remuneração dos avalistas em 1% a.a. sobre o saldo devedor.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

8 Ativos de contrato

Os ativos de contrato estão constituídos, conforme a seguir demonstrado:

	2022	Adições (a)	Remuneração (b)	Amortização (c)	2023
Ativos de contrato em serviço	1.090.037	22.455	151.906	(139.553)	1.124.845
Total	1.090.037	22.455	151.906	(139.553)	1.124.845
Circulante	135.996				133.813
Não Circulante	954.041				991.032

	2021	Adições (a)	Remuneração (b)	Amortização (c)	Perda de realização (d)	2022
Ativos de contrato em serviço	1.062.691	25.849	176.156	(129.172)	(45.487)	1.090.037
Total	1.062.691	25.849	176.156	(129.172)	(45.487)	1.090.037
Circulante	117.701					135.996
Não Circulante	944.990					954.041

- (a) O saldo decorre da contrapartida de receita de manutenção e operação reconhecida no exercício, conforme nota explicativa nº 17. A variação de O&M decorrente da manutenção realizada nas linhas de transmissão;
- (b) A remuneração dos ativos de contrato é feita com base na atualização do saldo remanescente dos ativos de contrato pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA);
- (c) A amortização dos ativos de contrato decorre do reconhecimento da RAP faturada mensalmente até o final da concessão do empreendimento; e
- (d) Variações entre a margem orçada *versus* a margem realizada proveniente principalmente dos efeitos inflacionários do exercício e variação nos custos operacionais.

9 Fornecedores

Os saldos de fornecedores estão constituídos, conforme a seguir demonstrado:

	2023	2022
Materiais e serviços (a)	6.162	9.815
Partes relacionadas – nota explicativa nº 7	404	318
Encargos de uso da rede elétrica	12	12
Total (b)	6.578	10.145

- (a) A composição deve-se, substancialmente, a materiais, equipamentos e serviços contratados para manutenção das instalações de transmissão; e
- (b) Alguns fornecedores da Companhia efetuaram operações de antecipação de direito de recebimento com instituições financeiras. No entanto, não houve nenhuma alteração de prazo ou condição de pagamento para a Companhia. Assim, a essência original da transação comercial não foi alterada e continua sendo classificada como atividade operacional, ou seja, permanece como contas a pagar para fornecedores. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o montante destas operações era de R\$ 64 (R\$ 481 em 31 de dezembro de 2022), que serão liquidados em até 90 dias. Não há pagamento de juros por parte da Companhia nem recebimentos de “rebates financeiros”.

Notas Explicativas**Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

10 Empréstimos e financiamentos**10.1 Composição dos saldos**

Moeda nacional (R\$)	Custo da dívida (%a.a.)	Garantia	2023		
			Principal e encargos		
			Circulante	Não circulante	Total
Banco do Brasil	IPCA + 1,62%	Conta Reserva + Recebíveis + Penhor de Ações	18.442	232.563	251.005
(-) Custo de captação			(146)	(2.027)	(2.173)
Total			18.296	230.536	248.832
Moeda nacional (R\$)	Custo da dívida (%a.a.)	Garantia	2022		
			Principal e encargos		
			Circulante	Não circulante	Total
Banco do Brasil	IPCA + 1,62%	Conta Reserva + Recebíveis + Penhor de Ações	19.144	249.174	268.318
(-) Custo de captação			(146)	(2.173)	(2.319)
Total			18.998	247.001	265.999

10.2 Movimentação dos empréstimos

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	18.998	247.001	265.999
Encargos	16.431	-	16.431
Transferências	16.465	(16.465)	-
Amortizações de principal	(16.612)	-	(16.612)
Pagamentos de juros	(17.132)	-	(17.132)
Custo de captação (b)	146	-	146
Saldos em 31 de dezembro de 2023	18.296	230.536	248.832
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	86.102	263.466	349.568
Encargos	27.399	-	27.399
Transferências	16.465	(16.465)	-
Amortizações de principal (a)	(76.612)	-	(76.612)
Pagamentos de juros	(34.503)	-	(34.503)
Custo de captação (b)	147	-	147
Saldos em 31 de dezembro de 2022	18.998	247.001	265.999

(a) O principal efeito na variação refere-se à liquidação no vencimento do mútuo com a Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A., no montante de R\$ 60.000 em 19 de setembro de 2022; e

(b) O efeito positivo no custo de captação se deu em função da amortização.

Notas Explicativas**Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

10.3 Cronograma de amortização da dívida

Os saldos por vencimento dos empréstimos e financiamentos estão apresentados abaixo:

Vencimento Circulante	2023	
	Valor	%
	18.296	7%
2025	16.612	7%
2026	16.612	7%
2027	16.612	7%
2028	16.612	7%
Até 2038	166.115	66%
Subtotal	232.563	94%
Custo de captação (Não circulante)	(2.027)	-1%
Não circulante	230.536	93%
Total	248.832	100%

10.4 Covenants e garantias dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem garantias reais e *covenants* cujo não cumprimento durante o exercício de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia cumpriu todas as obrigações e esteve dentro dos limites estipulados nos contratos.

11 Debêntures**11.1 Movimentação das debêntures**

A movimentação das debêntures no exercício está a seguir demonstrada:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.321	159.137	161.458
Encargos	7.919	-	7.919
Variação monetária	409	6.995	7.404
Transferências	1.236	(1.236)	-
Amortizações de principal	(830)	-	(830)
Pagamentos de juros	(7.887)	-	(7.887)
Custo de captação (a)	64	-	64
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.232	164.896	168.128

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.462	151.351	152.813
Encargos	7.642	-	7.642
Variação monetária	155	8.372	8.527
Transferências	586	(586)	-
Pagamentos de juros	(7.587)	-	(7.587)
Custo de captação (a)	63	-	63
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.321	159.137	161.458

(a) O efeito positivo no custo de captação se deu em função da amortização.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

11.2 Cronograma de vencimento

Os saldos por vencimento das debêntures estão apresentados abaixo:

	2023	
	Valor	%
Circulante	3.232	2%
2025	3.367	2%
2026	5.050	3%
2027	6.733	4%
2028	8.417	5%
Até 2039	142.238	85%
Subtotal	165.805	99%
Custo de captação (Não circulante)	(909)	-1%
Não circulante	164.896	98%
Total	168.128	100%

11.3 Características das Debêntures

Emissão	Característica das debêntures	Garantias	Série	Valor da emissão	Custo Nominal	Data da Emissão	Vencimento	2023		
								Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
2ª (a)	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	Aval/Fiança	Única	130.000	IPCA + 4,85% a.a.	mai/19	abr/39	3.232	164.896	168.128
	(1) Emissão pública de debêntures simples									
	(3) Não conversíveis em ações									
	(4) Espécie Quirografia									
	(5) Debêntures Incentivadas									
	(6) Garantia Fidejussória									

(a) A totalidade dos recursos obtidos foram aplicados em conformidade com a escritura.

11.4 Covenants

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os principais conforme segue:

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, medido na Companhia, sendo menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos) com relação demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado entre 31 de dezembro de 2023; e
- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, medido na fiadora Equatorial Transmissão, após exoneração da fiadora Equatorial Energia, sendo menor ou igual a 5,0 (cinco inteiros) com relação as demonstrações contábeis referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Covenants debêntures

Dívida líquida/EBITDA ajustado - Companhia: <=4,5

Dívida líquida/EBITDA ajustado - Fiadora: <=5,0

2ª debêntures

3,3

4,7

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

Os indicadores acima obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições acordadas. Não há diferenças conceituais relevantes entre os indicadores mencionados e as definições contábeis de dívida líquida e EBITDA.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia cumpriu todas as obrigações e esteve dentro dos limites estipulados nos contratos.

12 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

12.1 Conciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

A conciliação da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL), nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, está demonstrada conforme a seguir:

	2023		2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	104.754	104.754	88.314	88.314
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal [A]	26.189	9.428	22.079	7.948
Adições:				
Custo de construção - CPC 47/IRFS 15	-	-	11.668	4.200
Remuneração e RAP – Ativos de contrato (a)	28.003	10.081	25.287	9.103
Provisão para participação nos lucros, honorários e licença prêmio	64	23	-	-
Outras provisões permanentes	59	21	-	-
Total de adições [B]	28.126	10.125	36.955	13.303
Exclusões:				
Receita de ativos de contrato - CPC 47/IRFS 15	(35.725)	(12.861)	(44.478)	(16.012)
Outras provisões	(62)	-	(47)	(15)
Outras provisões permanentes (Exclusões)	(526)	(181)	(23)	-
Total de exclusões [C]	(36.313)	(13.042)	(44.548)	(16.027)
Compensações:				
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL - realizados [D]	-	(1.953)	-	(1.567)
Deduções:				
(+) IRPJ subvenção governamental (E) (b)	(18.002)	-	(14.270)	-
IRPJ e CSLL correntes no resultado do exercício (A+B+C+D+E)	-	(4.558)	(216)	(3.657)
IRPJ e CSLL diferidos no resultado do exercício	(7.658)	(4.710)	(7.523)	(4.276)
Total de IRPJ e CSLL correntes e diferidos do exercício	(7.658)	(9.268)	(7.739)	(7.933)
Alíquota efetiva	7%	9%	9%	9%

(a) Ajuste realizado nos termos dos artigos 168 e 169 da IN 1.700/2017 que trata do diferimento da tributação do lucro de Ativo Financeiro; e

(b) Ver nota explicativa nº. 3.4.1 - Benefícios fiscais.

Notas Explicativas**Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

12.2 Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferido

	Saldo em 2022	Reconhecimento no resultado	Valor líquido 2023	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Prejuízo fiscal	11.672	-	11.672	11.672	-
Base negativa de CSLL	2.635	(1.953)	682	682	-
Custo/Receita de construção - CPC 47/IFRS 15	(156.635)	(10.502)	(167.137)	-	(167.137)
Provisão para participação nos lucros, honorários e licença prêmio	-	87	87	87	-
Total	(142.328)	(12.368)	(154.696)	12.441	(167.137)

12.3 Movimentação do imposto de renda e contribuição social a recolher

Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.278
IRPJ e CSLL correntes do exercício	3.873
Tributos retidos/antecipações IR/CSLL	(176)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	8.975
IRPJ e CSLL correntes do exercício	4.558
Reclassificação de IRPJ e CSLL	(3.936)
Pagamentos/antecipações de IRPJ e CSLL	(5.027)
Tributos retidos IR/CSLL	(13)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.557

12.4 Expectativa de recuperação - Prejuízo fiscal e base negativa

Com base nos estudos técnicos de viabilidade, a Administração estima que a realização dos créditos fiscais possa ser feita até 2026, conforme demonstrado abaixo:

Expectativa de realização	2024	2025	2026	Total
Imposto de renda e contribuição social diferidos a realizar	5.095	5.291	2.055	12.441

13 PIS e COFINS diferidos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos estão apresentados da seguinte forma:

	2023	2022
Base de cálculo da receita		
Receita de implementação e melhoria de infraestrutura	-	15.254
Receita de remuneração de ativos de contrato	151.906	176.156
Ativos de contrato - perda de realização	-	(45.487)
	151.906	145.923
PIS / COFINS sobre as receitas no exercício (9,25%) (i)	14.051	13.498
Amortização de PIS/COFINS (ii) (a)	(5.048)	(4.441)
Saldo no início do exercício (iii)	113.926	104.869
Saldo no final do exercício (i + ii + iii)	122.929	113.926
Circulante	5.306	4.698
Não circulante	117.623	109.228

(a) A Companhia está amortizando o PIS/COFINS diferido constituído durante a concessão conforme recebimento da RAP mensal.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

14 Provisão para riscos judiciais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, não julgou necessário constituir provisão, considerando que não há perdas prováveis estimadas com as ações processuais em curso. O total estimado de processos, em 31 de dezembro de 2023, cuja probabilidade foi classificada como possível é de R\$ 2.860 (R\$ 2.849 em 31 de dezembro de 2022), conforme segue:

	2023	2022
Cível	1.922	2.080
Trabalhista	109	-
Ambiental	829	769
Total	2.860	2.849

14.1 Cível

A Companhia figura como ré em 2 processos cíveis em 31 de dezembro de 2023 (1 processo em 31 de dezembro de 2022), os quais, referem-se à reintegração de posse e indenizações.

Em 31 de dezembro de 2023, dentre os processos com expectativa de perda possível, destaca-se como mais relevante o processo nº 0801761.60.2020.8.14.0133, de reintegração de posse no montante de R\$ 1.921 (R\$ 2.080 em 31 de dezembro 2022).

14.2 Trabalhista

A Companhia figura como ré em 1 processo trabalhista em 31 de dezembro de 2023 (0 processo em 31 de dezembro de 2022), ao qual, refere-se a reclamações de verbas rescisórias, processo nº. 0000795-62.2023.5.07.0007 no montante de R\$ 109 (R\$ 0 em 31 de dezembro 2022).

14.3 Ambiental

A Companhia figura como ré em 1 processo ambiental em 31 de dezembro de 2023 (1 processo em 31 de dezembro de 2022), sob nº 0875286-27.2018.8.14.0301, referente à indenização coletiva sobre o descumprimento de condicionantes do licenciamento ambiental para implantação das linhas de transmissão, no montante de R\$ 829 (R\$ 769 em 31 de dezembro 2022), sendo avaliado, como possível, pela Administração da Companhia, com base na análise da gerência jurídica e com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos.

Notas Explicativas**Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

15 Dividendos a pagar

Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

Os dividendos foram calculados conforme a seguir demonstrado:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	87.828	72.642
(-) Reserva de incentivo fiscal	(18.001)	(14.270)
(-) Reserva legal	(3.491)	(2.919)
Lucro líquido ajustado	66.336	55.453
Dividendos mínimos obrigatórios (1%)	663	555
Realização da reserva de lucros a realizar – Dividendos mínimos	5.545	5.208
Dividendos adicionais propostos	34.650	24.364
Total dividendos mínimos e adicionais do exercício	40.858	30.127

A movimentação dos dividendos a pagar está apresentada como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	4
Dividendos adicionais distribuídos de 2021	4.706
Dividendos mínimos obrigatórios de 2022	555
Dividendos da reserva de lucro a realizar	5.208
Pagamento de dividendos no exercício	(4.710)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.763
Dividendos adicionais distribuídos de 2022	24.364
Dividendos mínimos obrigatórios de 2023	663
Dividendos da reserva de lucro a realizar	5.545
Dividendos intermediários distribuídos	36.731
Pagamento de dividendos no exercício	(66.858)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.208

O artigo 193 da Lei nº 6.404/76 estabelece que “do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal”. Além disso, o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76 estabelece que a Reserva de Incentivos Fiscais somente pode ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório. Dessa forma, em uma primeira análise, dado que “do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal” e, dado que a Reserva de Incentivos Fiscais somente pode ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório, a exclusão do saldo destinado à reserva de incentivos fiscais da “base de cálculo” da reserva legal, apontaria para um equívoco por parte das companhias. Entretanto, os incentivos fiscais devem ser subtraídos da base de cálculo da reserva legal, pois devem ser integralmente destinados para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09).

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

16 Patrimônio líquido

16.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 146.857.

Os acionistas da Companhia integralizaram totalmente seu capital social até a data prevista de 31 de dezembro de 2023, conforme definido na Reunião do Conselho de Administração (RCA) de 18 de outubro de 2017.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital está representado por 146.857.116 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas em poder da Equatorial Transmissão S.A. Cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia.

De acordo com o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 197.000, sem necessidade de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração.

16.2 Reserva de lucros

	Nota	2023	2022
Reserva de incentivos fiscais	(a)	32.271	14.270
Reserva legal	(b)	19.652	16.161
Reserva de lucros a realizar	(c)	212.093	217.638
Reserva para investimento e expansão	(d)	44.135	49.843
Reserva de dividendos adicionais propostos	(e)	34.650	24.364
Total		342.801	322.276

a. Reserva de incentivos fiscais

É constituída a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimentos recebidas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo desta reserva é de R\$ 32.271 (R\$ 14.270 em 31 de dezembro de 2022), a movimentação do exercício de R\$18.001 contempla o efeito do benefício referente ao incentivo fiscal da SUDAM utilizado no exercício de 2023.

b. Reserva legal

É constituída à base de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, e limitada a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital.

O montante de benefício fiscal do ano deve ser integralmente destinado para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09). Desta forma, o mesmo reduz a base de cálculo da reserva legal.

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	87.828	72.642
(-) Reserva de incentivo fiscal	(18.001)	(14.270)
Lucro ajustado	69.827	58.372
(-) Reserva legal (5%)	3.491	2.919

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

c. Reserva de lucros a realizar

Essa reserva é constituída por meio da destinação de uma parcela dos lucros do exercício decorrente, por exemplo, da adoção inicial do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O objetivo de constituí-la é não distribuir dividendos sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente pela Companhia. Em virtude da Companhia estar em operação, essas reservas são utilizadas para distribuir dividendos à medida que a RAP é realizada. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da reserva de lucros a realizar é de R\$ 212.093 (em 31 de dezembro de 2022, R\$ 217.638). A tabela abaixo demonstra a constituição e a realização da reserva de lucros a realizar pela RAP.

Movimentação da reserva de lucros a realizar

	2023	2022
Saldo inicial em 1º de janeiro	217.638	222.846
Realização	(5.545)	(5.208)
Saldo final em 31 de dezembro	212.093	217.638

d. Reserva para investimento e expansão

Reserva estatutária prevista no Art. 34, item III do Estatuto Social, que faz referência ao Art. 194 da Lei das Sociedades Anônimas, destina-se a registrar parcela do lucro líquido do exercício destinada a operações de investimento e expansão da Companhia, na finalidade de: (i) reforçar o capital de giro da Companhia; e (ii) assegurar recursos para aquisição de participação no capital social de outras sociedades, consórcios e empreendimentos que atuem no setor de energia elétrica, através da sua Controladora. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da reserva de lucros é de R\$ 44.135 (R\$ 49.843 em 31 de dezembro de 2022).

e. Reserva de dividendos adicionais propostos

Esta reserva destina-se a registrar a parcela dos dividendos que excede ao previsto legal ou estatutariamente, até a deliberação definitiva pelos sócios em assembleia. Em 25 de março de 2024, conforme divulgado na nota explicativa nº 22 – Eventos subsequentes, foi aprovado a distribuição na integralidade da reserva no montante de R\$ 34.650 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 24.364 em 31 de dezembro de 2022).

16.3 Lucro por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (*Earnings per share*), a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	2023		2022	
	Ações ordinárias	Total	Ações ordinárias	Total
Numerador:				
Lucro líquido do exercício	87.828	87.828	72.642	72.642
Denominador:				
Média ponderada por classe de ações	146.857	146.857	146.857	146.857
Lucro básico e diluído por ação	0,5981	0,5981	0,4946	0,4946

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão dessas demonstrações contábeis.

Notas Explicativas**Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

17 Receita operacional líquida

	2023	2022
Receita de implementação de infraestrutura, operação, manutenção e outras		
Receita de implementação e melhoria de infraestrutura (a)	-	15.254
Receita de Operação e Manutenção (b)	22.455	10.595
	22.455	25.849
Deduções		
PIS/COFINS corrente	(1.518)	(938)
PIS/COFINS diferidos	-	(1.411)
Encargos do consumidor (c)	(1.692)	(1.737)
ICMS	-	(35)
	(3.210)	(4.121)
Receita de implementação de infraestrutura, operação, manutenção e outras, líquidas	19.245	21.728
Receita de remuneração de ativos de contrato (d)		
Remuneração de ativos de contrato	151.906	176.156
PIS/COFINS corrente	(10.267)	(6.389)
PIS/COFINS diferidos	(9.003)	(16.294)
Receita de remuneração dos ativos de contrato, líquidas	132.636	153.473
Receita operacional líquida	151.881	175.201

- (a) A redução da receita de implementação e melhoria de infraestrutura é reflexo da finalização da obra;
- (b) O aumento da receita de operação e manutenção é reflexo da variação do custo de O&M que é decorrente da manutenção realizada nas linhas de transmissão em virtude do evento extraordinário ocorrido em 11 torres forçando o desligamento das mesmas, conforme nota explicativa nº. 18 - Custos dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas;
- (c) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), constituição de Reserva Global de Reversão (RGR) dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica; e
- (d) Remuneração financeira proveniente da atualização dos ativos de contrato, conforme nota explicativa nº. 8 – Ativos de contrato.

17.1 Margens das obrigações de performance

	2023	2022
Implementação e melhoria de infraestrutura		
Receita (líquida de PIS e COFINS diferidos)	-	13.843
Ganho/perda de margem pela realização (líquida de PIS e COFINS diferidos)	-	(41.279)
	-	(27.436)
Custo	-	(1.185)
Margem (R\$)	-	(28.621)
Margem percebida (%) (*)	-	-104,32%
Margem orçada no início do contrato (%)	-	40,62%
Operação e manutenção		
Receita líquida	22.455	10.595
Custo	(18.017)	(6.638)
Margem (R\$)	4.438	3.957
Margem percebida (%) (**)	19,76%	37,35%
Margem orçada no início do contrato (%)	40,62%	40,62%

(*) A margem percebida da receita de implementação e melhoria considera o efeito dos custos efetivamente incorridos, incrementados pela variação na margem de construção apurado para o empreendimento, sendo os ganhos e perdas (eficiências ou ineficiências na construção) identificados ao longo da fase de construção. A margem foi apurada apenas para o exercício de 2022, devido a não haver receitas e custos de implementação e melhoria no exercício de 2023.

(**) A margem percebida considera o efeito dos custos efetivamente incorridos, incrementados pela variação na margem de operação apurado para o empreendimento, sendo os ganhos e perdas (eficiências ou ineficiências na operação) identificados ao longo da fase de operação. A redução da margem percebida se deu em virtude do evento extraordinário ocorrido em 11 torres na linha de transmissão, conforme nota explicativa nº 18 - Custos dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas.

Notas Explicativas**Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

18 Custos dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas

	2023				Despesas gerais e administrativas
	Custo de construção	Custo de O&M	Outros custos	Total	
Pessoal	-	(2.483)	(17)	(2.500)	(971)
Material	-	(128)	(8)	(136)	-
Serviços de terceiros (a)	-	(14.881)	(410)	(15.291)	(875)
Arrendamento e aluguéis	-	(64)	-	(64)	(5)
Amortização do ativo intangível	-	-	(23)	(23)	-
Outros	-	-	(3)	(3)	(227)
Total	-	(17.556)	(461)	(18.017)	(2.078)

	2022				Despesas gerais e administrativas
	Custo de construção	Custo de O&M	Outros custos	Total	
Pessoal	-	(1.440)	(8)	(1.448)	(437)
Material	(245)	(197)	-	(442)	-
Serviços de terceiros	(857)	(4.493)	(298)	(5.648)	(973)
Arrendamento e aluguéis	-	(112)	(1)	(113)	(3)
Amortização do ativo intangível	-	-	(20)	(20)	-
Variação das margens dos ativos de contrato, líquido de PIS e COFINS	-	-	(41.279)	(41.279)	-
Outros	(83)	-	(69)	(152)	(9)
Total	(1.185)	(6.242)	(41.675)	(49.102)	(1.422)

- (a) O aumento nos custos de serviços de terceiros é reflexo da variação do custo de O&M, que é decorrente da manutenção realizada nas linhas de transmissão. Em 19 de julho de 2023 ocorreu o desligamento da Linha de Transmissão (LT) da SPE07, no Pará, LT Marituba-Castanhal, 230 kV, devido a um evento extraordinário ocorrido em 11 torres, sendo que 6 torres caíram e 1 delas foi seriamente danificada. O restabelecimento da operação ocorreu no dia 05 de agosto de 2023, de forma provisória, com torres emergenciais. A entrada em operação, de forma definitiva, foi em setembro de 2023, com a reposição das torres.

19 Resultado financeiro

	2023	2022
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	8.832	7.845
PIS/COFINS sobre receita financeira	(411)	(365)
Outras receitas financeiras	3	4
Total de receitas financeiras	8.424	7.484
Despesas financeiras		
Encargos da dívida (a)	(24.560)	(35.251)
Variação monetária da dívida (a)	(7.404)	(8.527)
Juros, multas s/ operação de energia	-	(18)
Outras despesas financeiras	(1.988)	(1.345)
Total de despesas financeiras	(33.952)	(45.141)
Resultado financeiro	(25.528)	(37.657)

- (a) A redução nos encargos da dívida e variação monetária, deu-se em função da variação do IPCA, que acumulado até 31 de dezembro de 2022 estava em 5,79% e acumulado até 31 de dezembro de 2023, fechou em 4,62%.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

20 Instrumentos financeiros

20.1 Considerações gerais

A Companhia efetuou análise dos instrumentos financeiros, que incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores, debênture e empréstimos e financiamentos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), sendo eles dívida líquida sobre EBITDA.

20.2 Política de utilização de derivativos

A Companhia poderá utilizar-se de operações com derivativos apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados.

20.3 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

a) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão identificados conforme a seguir:

Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2023		2022	
			Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	-	Custo amortizado	201	201	176	176
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	53.067	53.067	51.636	51.636
Contas a receber de clientes	-	Custo amortizado	15.859	15.859	14.159	14.159
Total do ativo			69.127	69.127	65.971	65.971

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2023		2022	
			Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedores	-	Custo amortizado	6.578	6.578	10.145	10.145
Empréstimos e financiamentos	-	Custo amortizado	248.832	251.004	265.999	268.318
Debêntures	-	Custo amortizado	168.128	213.435	161.458	126.612
Total do passivo			423.538	471.017	437.602	405.075

Caixa e equivalente de caixa - são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores originais;

Aplicações financeiras - são classificados como de valor justo por meio do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 2, pois em sua maioria, são aplicados em fundos exclusivos onde os vencimentos limitam-se doze meses, assim a Administração entende que seu valor justo já está refletido no valor contábil. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis tais como CDI;

Contas a receber – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais sujeitos a provisão para perdas e ajustes a valor presente, quando aplicável;

Fornecedores - decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como custo amortizado;

Empréstimos e financiamentos - têm o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimentos da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo, são classificadas como passivo ao custo amortizado. Para fins de divulgação, as operações com propósito de giro tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de dívida equivalente, divulgadas pela B3 e ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais); e

Debêntures - são classificadas como custo amortizado e estão contabilizados pelo seu valor amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e B3 S.A.

20.4 Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

O Comitê de Auditoria da Controladora indireta Equatorial Energia S.A., supervisiona a forma como a Administração da Companhia monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. O Comitê de Auditoria da controladora indireta Equatorial Energia S.A. é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria da controladora indireta Equatorial Energia S.A.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco da Companhia em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2022.

a) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia em incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

(i) Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detém caixa e equivalentes de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$ 10.439 (R\$176 em 31 de dezembro de 2022). O caixa e equivalentes de caixa são mantidos em bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado nas agências de *rating* *Fitch Ratings* e *Standard & Poors*.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. Quando da aplicação inicial do CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos financeiros, a Companhia julgou não ser necessário a constituição de provisão.

(ii) Contas a receber

O Contas a receber da Companhia decorre de operações com empresas que utilizam sua infraestrutura por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários da transmissão de alguns valores específicos: (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS); e (iii) os encargos regulatórios.

Essa tarifa é reajustada anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das RAP das transmissoras e deve ser paga pelos usuários do sistema, pelas geradoras e importadores (que colocam energia no sistema), pelas distribuidoras, pelos consumidores livres e exportadores (que retiram energia do sistema).

Portanto, o poder concedente delegou aos usuários representados por agentes de geração, distribuição, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento pela prestação do serviço público de transmissão. A RAP é faturada e recebida diretamente desses agentes.

Na atividade de transmissão, a receita prevista no contrato de concessão (RAP) é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura (transporte de energia) pelos geradores, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores. Portanto, não existe risco de demanda.

De acordo com o entendimento do mercado e dos reguladores, o arcabouço regulatório de transmissão

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

brasileiro foi planejado para ser adimplente, garantir a saúde financeira e evitar risco de crédito do sistema de transmissão. Os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo ONS para evitar risco de inadimplência.

b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos e debêntures captados pela Companhia são apresentadas nas notas explicativas nº 10 e 11 (empréstimos e financiamentos e debêntures, respectivamente).

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

(i) Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações contábeis. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

A seguir, estão os vencimentos de passivos financeiros na data das demonstrações contábeis:

	Valor contábil*	Fluxo de caixa contratual total	2023				
			2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos bancários com garantia	248.832	361.760	-	30.736	29.627	82.870	218.527
Títulos de dívida emitidos com garantia	168.128	399.765	-	13.536	15.654	59.786	310.789
Fornecedores	6.578	6.578	6.578	-	-	-	-
Total	423.538	768.103	6.578	44.272	45.281	142.656	529.316

Fonte: Focus

*Os valores apresentados nesta coluna estão líquidos dos custos de captação.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

Os fluxos de saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual.

Adicionalmente, conforme divulgado nas notas explicativas nº 10 e 11, a Companhia possui operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que a Companhia liquide a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela Diretoria Financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Não gerando qualquer expectativa futura de que as condições acordadas não sejam cumpridas pela Companhia.

c) Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das variações das taxas de juros da economia, que afetam os empréstimos e financiamentos e as aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as variações dos indexadores com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada com base nos seguintes cenários: um cenário com as taxas projetadas para 12 meses (Cenário Provável) e outros dois cenários com 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) considerando a exposição da moeda estrangeira relevante.

O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2023 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior.

		Impacto no resultado					
		Saldo em R\$ (exposição)	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Operação	Risco						
Ativos Financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	53.247	58.593	59.929	61.266	57.256	55.920
Impacto no resultado				1.336	2.673	(1.336)	(2.673)
Passivos financeiros							
Empréstimos e debêntures	IPCA	(420.105)	(446.656)	(453.293)	(459.931)	(440.018)	(433.380)
Impacto no resultado				(6.638)	(13.275)	6.638	13.275
Efeito líquido no resultado				(5.302)	(10.602)	5.302	10.602
Referência para ativos e passivos financeiros		Taxa projetada	Taxa em 31/12/2023	+25%	+50%	-25%	-50%
CDI (% 12 meses)		10,04%	13,04%	12,55%	15,06%	7,53%	5,02%
IPCA (%12 meses)		6,32%	4,68%	7,90%	9,48%	4,74%	3,16%

Fonte: B3 e Santander

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

d) Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui debêntures com *covenants* que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados na nota explicativa nº 11 - Debêntures.

e) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de revisão e reajuste tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. O valor da RAP será reajustado anualmente, no mês de julho de cada ano, nos termos da regulamentação vigente. A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do Contrato de Concessão, observando-se os parâmetros regulatórios fixados no respectivo contrato e a regulamentação específica.

Havendo alteração unilateral das condições ora pactuadas, que afete o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão, devidamente comprovado pela Transmissora, a ANEEL adotará as medidas necessárias ao seu restabelecimento, com efeitos a partir da data da alteração.

f) Riscos regulatórios e operacionais

Os riscos regulatórios e operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da empresa ou de fatores externos.

Risco de interrupção do serviço: em caso de interrupção do serviço ou indisponibilidade do equipamento, as transmissoras estarão sujeitas à redução de suas receitas por meio da aplicação Parcela Variável (PV), prevista na REN nº 905/2020, que aprovou a redação do Módulo 4 – Prestação dos Serviços das Regras dos Serviços de Transmissão. O tipo de Parcela Variável aplicada depende do tipo de ocorrência de desligamento, do equipamento e duração da indisponibilidade ou atraso na entrada em operação dos serviços de Transmissão; as modalidades são: PVA, PVI ou PVRO, a depender das noções comentadas acima.

Risco regulatório: caso as transmissoras não cumpram com as obrigações contidas nas cláusulas do contrato de concessão e nas Resoluções editadas pela ANEEL estará sujeita a aplicação de penalidades, dependendo do tipo de infração, e do regramento descumprido, conforme determinado pela REN nº 846/2019 que, a depender do cometimento da infração, a multa poderá alcançar até 2% do faturamento da Companhia.

g) Riscos ambientais

A Companhia baliza suas ações em sua Política de Sustentabilidade, que prevê, em suas Concessões, o atendimento aos requisitos legais ambientais nas 3 esferas de governo (Federal, Estaduais e Municipais), visando a preservação ambiental e o respeito à sociedade, em especial, às populações tradicionais.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

Para controle dos processos e atividades com impactos ambientais, utilizamos um Sistema de Gestão Ambiental balizado na ISO 14001, que vincula os processos e atividades a seus possíveis impactos, bem como o correlaciona à Legislação vigente. Para tais processos, temos procedimentos específicos, que visam o controle preventivo quanto aos impactos ambientais, que envolvem os colaboradores próprios e terceiros, bem como os demais *Stakeholders*.

O Controle do Sistema de Gestão Ambiental tem como principais macroprocessos:

- Licenciamento Ambiental;
- Gestão de Limpeza de Faixa, Podas e Supressão de Vegetação;
- Gestão de Resíduos;
- Educação e Conscientização Ambiental;
- Gestão de Requisitos Legais;
- Gestão de Recursos Hídricos; e
- Normatização e Controle do Sistema de Gestão Ambiental (SGA).

Dentro destes macroprocessos, a Companhia realiza a gestão de centenas de processos de licenças e autorizações ambientais para implantação, manutenção e operação de ativos e processos, em especial, no que se refere a implantação de Subestações e Linhas de Transmissão. Bem como trabalham com os órgãos ambientais competentes na obtenção de autorizações de poda, limpeza de faixa e supressão de vegetação, atendendo a legislação e evitando riscos ao sistema elétrico.

No SGA, a Companhia tem a etapa de Integração Ambiental para implantação de obras. Este processo consiste em alinhamento com os fornecedores/executores de obras, quanto ao licenciamento e autorizações recebidas dos órgãos ambientais. Nas reuniões de Integração Ambiental são repassados aos gestores e executores das obras todo processo que foi ambientalmente licenciado, bem como as obrigações legais relacionadas ao cumprimento das condicionantes e da legislação vigente, visando assim minimizar os riscos ambientais associados a implantação das obras.

Adicionalmente, visando reduzir impactos ambientais, a Companhia utiliza em suas áreas de concessão cabos protegidos ou compactos que minimizam as ações e intensidades de podas, em especial, em áreas urbanas com alta densidade árvores de grande porte.

h) Gestão do capital

A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

21 Demonstração dos fluxos de caixa

21.1 Transações que não afetam caixa

O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

	Efeito não caixa
Atividades de financiamento	
Dividendos adicionais de 2023 distribuídos	24.364
Dividendos mínimos obrigatórios	663
Dividendos da reserva de lucros a realizar	5.545
Dividendo intermediário	36.731
Total	67.303

21.2 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	2022	Fluxos de caixa	Pagamento de juros (*)	Outros (**)	2023
Empréstimos e financiamentos	265.999	(16.612)	(17.132)	16.577	248.832
Debentures	161.458	(830)	(7.887)	15.387	168.128
Dividendos a pagar	5.763	(66.858)	-	67.303	6.208
Total	433.220	(84.300)	(25.019)	99.267	423.168

(*) A Companhia classifica juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais.

(**) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros e variações monetárias líquidas e dividendos a pagar ainda não pagos no fim do exercício.

22 Eventos subsequentes

Resolução autorizativa

Em 23 de janeiro de 2024, através da resolução autorizativa nº 15.016/2024 a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, autorizou a Equatorial Transmissora 7 SPE S.A., Contrato de Concessão nº 020/2017, a implantar os reforços em instalação de transmissão sob sua responsabilidade e estabeleceu os valores das correspondentes parcelas da Receita Anual Permitida (RAP) no total de R\$ 5.471.

Distribuição de dividendos adicionais

Em 25 de março de 2024, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação da proposta de distribuição de dividendos adicionais de R\$ 34.650, decorrentes do resultado do exercício.

Notas Explicativas

Conselho de Administração

Augusto Miranda da Paz Júnior

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima

José Silva Sobral Neto

Carlos Augusto Leone Piani

Comitê de Auditoria Estatutário

Carlos Augusto Leone Piani

João Alberto da Silva Neto

Tiago de Almeida Noel

Diretoria Executiva

Joseph Zwecker Junior
Diretor Presidente

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor Financeiro / Relação com os Investidores

Cristiano de Lima Logrado
Diretor

Ailton Costa Ferreira
Diretor

Waldênio Pereira de Oliveira
Diretor

Geovane Ximenes de Lira
Superintendente
Contador

CRC PE 012996-O-3 S-DF

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Ao Conselho de Administração e Diretoria da
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.
Brasília – Distrito Federal

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Equatorial Transmissora 7 SPE S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Mensuração de ativos contratuais de transmissão

Conforme divulgado na nota explicativa 3.2, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter, para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de ativos contratuais é de R\$ 1.124.845 mil.

O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas.

Ainda, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro, também requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração de ativos contratuais das concessões e da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) o entendimento do processo da Companhia relacionado aos cálculos do ativo de contrato de concessão; (ii) avaliação dos procedimentos internos relativos aos gastos realizados para execução do contrato; (iii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iv) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para

os desvios; (v) caso aplicável, verificação de indícios de suficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas dos empreendimentos; (vi) leitura dos contratos de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; (vii) a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa implícita de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de empresas; (viii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (ix) análise da eventual existência de contrato oneroso; (x) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (xi) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo da concessão da Companhia, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de determinação da receita de construção e do ativo de contrato adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 8, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Controles gerais de tecnologia de informação

A Companhia, devido ao elevado número de transações, utiliza-se de uma complexa estrutura de sistemas e controles de tecnologia da informação, sejam eles manuais, automatizados e dependentes dos sistemas integrados de gestão. A eficácia no desenho e na operação destes controles é de suma importância para que os registros contábeis e, por consequência, as demonstrações contábeis estejam livres de erros materiais. Essa estrutura encontra-se em diferentes níveis de maturação e os riscos relacionados aos processos de tecnologia da informação relevantes para as transações processadas nos diferentes sistemas podem resultar em informações críticas incorretas, inclusive as utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis. Devido à importância dos controles gerais de tecnologia da informação, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de TI ("ITGCs") implementados pela Companhia para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria; (ii) analisamos, em bases amostrais, o processo de autorização e concessão de novos usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários; (iii) avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia; (iv) avaliamos se as mudanças nos sistemas foram devidamente autorizadas e aprovadas pela Diretoria da Companhia; (v) analisamos o processo de gestão das operações, com foco nas políticas para realização de salvaguarda de informações e a tempestividade no tratamento de incidentes. Esses procedimentos, quando necessário, foram executados com o envolvimento dos nossos profissionais de tecnologia para nos auxiliar na execução desses procedimentos.

A combinação das deficiências dos controles internos encontradas no processo de gestão de acessos e mudanças representou uma deficiência significativa e, portanto, alteraram a nossa avaliação quanto à natureza, época e ampliou a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e adequadas no tocante às contas contábeis envolvidas.

Os nossos procedimentos adicionais incluíram, dentre outros, a realização de testes para controles compensatórios, complementados quando de sua ausência ou ineficácia por avaliação substantiva da integridade dos relatórios produzidos pelos sistemas relacionados e utilizados em nossos procedimentos de auditoria.

Com base nos resultados dos procedimentos acima, consideramos aceitáveis as informações extraídas dos sistemas da Companhia para planejamento e execução dos nossos testes no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 25 de março de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F

Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC PE020728/O

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaramos, na qualidade de Diretores Estatutários da Equatorial Transmissora 7 SPE S.A, nos termos do inciso VI do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que revimos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Contábeis, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em atendimento ao inciso V e VI, do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, os Diretores da Companhia Srs. Joseph Zwecker Junior, Diretor Presidente; Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima, Diretor Financeiro / Relação com os Investidores; Cristiano Lima Logrado, Diretor; Ailton Costa Ferreira, Diretor; Waldênio Pereira de Oliveira, Diretor, declaram que (i) revisaram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; e (ii) revisaram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no relatório emitido em 25 de março de 2024 pela Ernst & Young Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, com relação às Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.